

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2017

(Do Sr. DIEGO GARCIA)

Requer informação ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão sobre o quantitativo de pedidos de redução de jornada por servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão as seguintes informações:

- quantitativo de servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional ocupantes de cargo de provimento efetivo que já requereram a redução da jornada de trabalho de oito horas diárias e quarenta horas semanais para seis ou quatro horas diárias e trinta ou vinte horas semanais, respectivamente;

- subdivisão do quantitativo acima por órgão, sexo e jornada pleiteada.

JUSTIFICAÇÃO

Como se sabe, inúmeras situações configuram justificativas plausíveis para um pedido de redução de jornada pelo servidor, de modo a permitir que este dedique um maior tempo a elas. Cite-se, como exemplo, ter

como dependente uma pessoa com deficiência, um idoso que necessite de cuidados especiais ou um filho de pouca idade.

Entendemos importante saber qual tem sido a real demanda dos servidores federais por esse tipo de benefício, de modo que as proposições legislativas que tramitam nesta Casa, bem como as políticas públicas aqui discutidas, sejam, a partir de dados concretos, pensadas de forma a melhor atender não só os servidores, mas a própria Administração Pública.

Considerando, por fim, o envio recente da Medida Provisória nº 792, de 26 de julho de 2017, que trata, dentre outras coisas, da redução da jornada de trabalho com remuneração proporcional ou incentivada para os servidores públicos federais, torna-se ainda mais relevante conhecer o nível de interesse dos servidores nesse tipo de benefício.

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputado DIEGO GARCIA